

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO EXECUTIVO DO CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO (INTERNATIONAL POLICY CENTRE FOR INCLUSIVE GROWTH – IPC-IG)

Brasília, 07 de agosto de 2019 – 10h00, auditório do 11º andar do Ipea com videoconferência para a sala de reuniões – Presidência/RJ

Lista de participantes:

AGÊNCIA	NOME
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	<ul style="list-style-type: none"> • Carlos von Doellinger, Presidente (participação por VC)* • Ivan Tiago, Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais • José Eduardo Brandão, Diretor-Adjunto de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais • Sergei Soares, Coordenador de Estudos em Instituições e Governança Internacional
Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	<ul style="list-style-type: none"> • Emb. Ruy Pereira, Diretor* • Emb. Demétrio Bueno Carvalho Diretor-Adjunto • Márcio Correa, Consultor • Ana Paula Costa, Analista de Projetos
Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Economia (SAIN/ME):	<ul style="list-style-type: none"> • Carlos Eduardo Lampert Costa, Subsecretário de Financiamento ao Desenvolvimento e Mercados Internacionais*
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	<ul style="list-style-type: none"> • Katyna Argueta, Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)* • Haroldo Machado Filho, Assessor Sênior do PNUD no Brasil
Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)	<ul style="list-style-type: none"> • Diana Sawyer, Coordenadora de Pesquisa • Guilherme Berdu, Analista de Programa e Operações • Isadora Ruotulo, Secretária Executiva

*Membros ou Representantes de Membros do Conselho

Pauta:

Aprovação da agenda de trabalho do Centro para 2019.

PARTE I – PALAVRAS INICIAIS

O Presidente do Ipea, Sr. Carlos von Doellinger, inicia a reunião via videoconferência saudando a todos os presentes e desculpando-se pela ausência física, ocasionada em função de uma outra missão na unidade do Ipea no Rio de Janeiro. Ele apresenta o item da pauta, que trata da aprovação do plano de trabalho do IPC-IG para 2019. O Sr. Ivan Oliveira (Ipea) sugere que se faça uma breve apresentação do plano de trabalho, o qual já é de conhecimento dos presentes e, por isso, não é considerada necessária. Ele então passa a palavra ao Embaixador Ruy Pereira (ABC) para que este faça suas considerações sobre o plano de trabalho do IPC-IG para 2019.

PARTE II – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO DE TRABALHO PARA 2019

O Embaixador Ruy Pereira (ABC) inicia dizendo que distribuiu aos presentes um documento contendo os comentários da ABC sobre o plano de trabalho do centro (anexo à presente ata). Ele informa que os comentários são de natureza subsidiária, e menciona que na página 4 do documento está a indicação para a aprovação por parte da ABC do plano de trabalho tal como foi apresentado na reunião anterior. Ele discorre sobre os comentários, dizendo que sobre a página 1 do plano de trabalho não há comentários, apenas uma correção de linguagem que será revisada posteriormente. Na segunda página do plano de trabalho, a observação diz respeito a uma referência sobre o estudo Desafios do Brasil para 2018/2019, que faz parte do projeto Brasil 3 Tempos, que estaria em curso e em cooperação entre o centro e a ABC, e no entendimento dele não há nenhum projeto em andamento, em conjunto, entre o IPC-IG e a ABC. Em seguida, na página 5 do plano de trabalho, ele menciona sobre a natureza institucional do IPC-IG sugerindo que seja descrita em linguagem simplificada: “o centro é constituído por um acordo de parceria entre o governo do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento”. Ainda na página 5, a sugestão é que se ajuste a data de estabelecimento do centro, onde consta como 2004 quando na verdade o ajuste complementar inicial é de 2002. Passando para os três pilares do IPC-IG, “overview of the planned research projects in 2018”, na página 7, ele diz que não é de conhecimento da ABC que o plano de trabalho de 2018 tenha sido formalmente aprovado e sugere que se busquem registros dessa aprovação. Na página 8, ele informa que há uma confusão numérica em relação aos registros de projetos em andamento, e sugere que se verifiquem esses números. Sobre o item “new projects under negotiation in 2019” ele menciona que são citadas 4 atividades, mas só se encontram 3, e sugere que se complemente esta lacuna. Outra observação do Emb. Ruy Pereira é sobre as atividades do centro envolvendo organismos internacionais, no qual o entendimento da ABC das atividades contidas no plano de atividades do IPC-IG de 2019 deveriam ser sinérgicas com os programas brasileiros de parceria Sul-Sul bilateral, estabelecidos com organismos internacionais (ex. UNICEF e FAO). Ele cita o trecho do ajuste complementar que trata do assunto, e preocupa-se que as atividades do IPC, em alguns casos por suas características, ostentam muitas “parecenças” com atividades de cooperação técnica do Brasil oferecidas ao exterior ou trilateral, e nesses casos a ABC

gostaria de ter uma participação mais próxima do desenvolvimento das atividades, vez que poderia haver o entendimento que se tratam de atividades de cooperação técnica no Brasil. Ele pede que seja discutido, primeiro, tecnicamente com o IPC-IG, e se necessário discutido oportunamente em uma reunião do conselho executivo. Sobre o planejamento de atividades do centro, ele diz que falta um planejamento estratégico, e sugere que essa lacuna seja preenchida com o auxílio do UNDAF (United Nations Development Assistance Framework). Ele também faz uma sugestão sobre o orçamento, que seria conveniente constar no plano de trabalho a previsão orçamentária e a fonte dos recursos dos projetos. Feitas essas observações, ele diz que a ABC está de acordo e pronta para aprovar o plano de trabalho para 2019 do IPC-IG. Ele ainda sugere que para o plano de atividades de 2020 seja apresentada uma minuta na primeira semana de outubro de 2019, e na primeira semana de novembro de 2019 seja feita uma reunião extraordinária do conselho para, se for o caso, aprovar o novo plano de atividades previsto para 2020. Ele agradece e encerra. Em seguida, toma a palavra a Sra. Katyna Argueta, Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que inicia dizendo que como se está aprovando um plano de atividades já avançado em 8 meses o espaço de manobra é bem reduzido, e que como o plano de trabalho foi liderado pelo Sr. Niky Fabiancic o PNUD não coloca nenhuma objeção em aprova-lo, tal qual com as observações realizadas pela ABC. Ela ressalta a importância de um planejamento estratégico, especialmente pela escassez de recursos, e chama a atenção para a natureza pela qual se desenvolvem os projetos do IPC-IG, e como são apresentados e aprovados: por ser uma dinâmica, onde existe um pipeline, e que por isso o plano de trabalho não é estático. Portanto, ela sugere que na próxima reunião do conselho se considere de que maneira poderiam aprovar o plano de 2020, porém deixando um espaço para revisá-lo de tempos em tempos para fazer atualizações. Ela reitera que não há nenhum inconveniente em aprovar o plano de atividades e acompanha a ABC na sugestão para uma reunião em novembro de 2019 com fins de aprovar o plano de atividades de 2020, e talvez retomar outros temas que tenham ficado pendentes. Passando a palavra para o Sr. Carlos Carlos Eduardo Lampert Costa, Subsecretário de Financiamento ao Desenvolvimento e Mercados Internacionais (SAIN / ME), ele diz que a SAIN / ME está em condições de aprovar o plano de trabalho, e acha importante a questão da previsibilidade e transparência do plano de trabalho, e por isso acompanha ABC e PNUD na fixação de uma data em novembro de 2019 para a aprovação do plano de atividades de 2020. Ele observa que, apesar de um planejamento estratégico plurianual ser importante, é difícil para o IPC planejar no médio prazo pesquisas que estão incorridas, e sugere que se estabeleçam linhas indicativas de ação para que se tenha uma idéia de onde e como o IPC-IG poderia trabalhar nos próximos anos. Ele aborda o tema de sinergia das tarefas do IPC-IG com a parceria Sul-Sul do governo brasileiro, o qual ele sugere que seja mais aprofundado, e manifesta sua preocupação com a definição da natureza institucional do IPC-IG, pedindo assim que o conselho se reúna para sanar essa questão com urgência, no máximo até o fim do semestre. O presidente Carlon von Doellinger retoma a palavra e afirma que concorda com todas as posições colocadas e gostaria de partir para a aprovação do plano de trabalho de 2019. O Sr. Ivan Oliveira pede a palavra e faz um apanhado sobre o autofinanciamento do IPC-IG e como isso depende dos projetos firmados, e como seria difícil aprovar um plano para 2020 em novembro de 2019, vez que a maioria dos projetos serão carregados do ano corrente para o próximo ano, e não há recursos aportados pelos parceiros para garantir que determinada pesquisa seja feita. Portanto, sugere que, em novembro, sejam definidas diretrizes de pesquisa e para

novos projetos com temas definidos pelo interesse do conselho executivo, de modo a dar um norte para a atuação do IPC-IG na busca de financiamentos e alcançar um meio-termo entre um plano estratégico e um plano de atividades específico. Ele conclui dizendo que, como ficou claro pelas palavras do presidente do Ipea, o plano de trabalho está aprovado, e passa a palavra para a Sra. Diana Sawyer, coordenadora de pesquisas do IPC-IG. Ela agradece os comentários feitos pelo Embaixador Ruy Pereira (ABC), e esclarece que será feita a correção com relação às datas de criação e início das atividades do IPC-IG. Sobre a aprovação do plano de trabalho de 2018, ela irá consultar o Sr. Niky Fabiancic para saber se houve esta reunião de aprovação deste plano de atividades. Ela ainda informa que irá pessoalmente corrigir a confusão com os números apresentados para os projetos. Com relação ao comentário sobre uma suposta parceria do IPC-IG e a ABC no andamento de projetos, ela informa que todas as parcerias são feitas com o PNUD, sendo o IPC-IG apenas um executor dos projetos, e que isso também deve ser esclarecido. A respeito do orçamento, que atualmente é feito em documento separado, ela concorda que seja adicionado ao plano de atividades. Ela agradece à ABC a disponibilidade em conversar com o IPC-IG sobre sua atuação junto ao centro, e não traçar o destino do IPC-IG sem conversar com as pessoas que estão a 15 anos mantendo sua estrutura. Sobre o plano estratégico, ela afirma que quando havia o aporte financeiro do PNUD o centro tinha tranquilidade em realizar pesquisas e contratar pessoal, mas que desde que esse aporte deixou de ser feito o centro atua em regime de “sobrevivência” para manter o padrão e qualidade do seu trabalho. Ela conta como o IPC-IG se tornou parte do planejamento estratégico do Ipea, sua contrapartida no governo brasileiro, e por isso não é que o centro não tenha um planejamento estratégico, apenas tem dificuldades em estabelecer um plano plurianual. Ela conta ainda que o centro tem dificuldades com o fundraising, que tentou colocar o centro em licitações, mas que pelo modelo do PNUD normalmente o centro não consegue entrar em licitações. O Sr. Ivan Oliveira propõe uma solução para a natureza institucional do IPC-IG, que o Ministério da Economia indique qual órgão está de fato responsável pelo IPC-IG, sanando assim essa questão ao menos unilateralmente no curto prazo. O Embaixador Ruy Pereira (ABC) então coloca que, sobre o plano de atividades do centro, se todos os componentes do conselho unirem forças será perfeitamente possível apresentar uma minuta sobre o plano em outubro deste ano. Ele propõe que, para que isso aconteça, a ABC pode fornecer ao IPC-IG quais são as áreas temáticas prioritárias das atividades de cooperação do Brasil no exterior, sejam bilaterais ou trilaterais (Sul-Sul e não Sul-Sul), como subsídio para que o IPC-IG possa incluir no plano estratégico. Ele afirma que, assim como a ABC, o Ministério da Economia também tem condições de fornecer subsídios para o planejamento estratégico do IPC-IG, vez que este tem de preparar o PPA (Plano Plurianual) para 2021 até dezembro deste ano. Ele sugere a primeira semana de outubro, mas que isso pode ser flexibilizado, para que o plano de atividades possa ser aprovado até o início de dezembro. Ele afirma que a ABC está empenhada em dar sempre apoio e suporte ao IPC-IG. A Sra. Katyna Argueta (PNUD) retoma as palavras do Embaixador Ruy Pereira (ABC) e reitera a vontade do PNUD de acompanhar os esforços do IPC-IG, Ipea e do governo do Brasil no fortalecimento do centro. O Sr. Doellinger (Ipea) concorda com as palavras postas, e convida todos a aprovar o plano de atividades de 2020 até a data limite proposta, em novembro, que considera fundamental.

PARTE III – OUTROS ASSUNTOS

O Sr. Carlos Lampert Costa (SAIN / ME) manifesta que considera importante definir um cronograma para tentar resolver a questão institucional do IPC-IG, e sugere uma proposta de portaria que seria encaminhada ao Sr. Erivaldo Gomes no Ministério da Economia para atualizar essa questão. O Embaixador Ruy Pereira manifesta também que a ABC está preparando uma minuta de ajuste complementar sobre o acordo firmado com as Nações Unidas, que estabeleceu o IPC-IG, com uma proposta que delimitasse a natureza do IPC-IG como um mecanismo internacional com suas peculiaridades, inclusive no âmbito jurídico, e firmar assim um novo ajuste complementar. O Sr. Ivan Oliveira (Ipea) então resume o que ficou acordado sobre o plano de atividades de 2020: encaminhar ao IPC-IG sugestões para diretrizes de atuação do centro para 2020/2021, enquanto o IPC-IG encaminha os projetos que seguirão para o ano seguinte, e em novembro ter outra reunião para definir o plano de ação com base nos projetos já existentes e nas linhas estratégicas de atuação propostas por cada instituição, e também orientado pelas possíveis demandas que venham a surgir. A Sra. Diana Sawyer (IPC-IG) complementa que isso pode ser feito a qualquer momento, e reforça o que disse o Sr. Ivan Oliveira, de que o conselho ajude o centro a levantar fundos, pois de nada adianta ter um planejamento estratégico se não houver fundos para executá-lo.

PARTE IV – APROVAÇÃO DA AGENDA DE TRABALHO DO CENTRO PARA 2019

O Presidente do Ipea, Sr. Carlos von Doellinger, sugere que se aprove o plano de atividades de 2019 por aclamação, dadas as circunstâncias de que faltam apenas 4 meses para o fim do ano, e pede que se coloque em prática o trabalho proposto pelo conselho e também que se resolva com urgência a questão da natureza institucional do centro. A Sra. Katyna Argueta (PNUD) faz uma observação final pedindo que a minuta de ata seja feita de modo resumido, pontualmente pelas decisões tomadas, considerando a aprovação do plano de trabalho. Fica acordado que se coloque em ata apenas as decisões tomadas pelo conselho. O Embaixador Ruy Pereira também pede que se coloque em ata a aprovação da ata da reunião anterior, a qual todos assentem. O presidente do conselho, Sr. Carlos von Doellinger (Ipea), então, agradece a todos e dá por encerrada a reunião.

Representante do PNUD

Nome:

Representante da ABC

Nome:

Representante do Ipea

Nome:

Representante da SAIN / ME

Nome:

Representante do IPC-IG

Nome: